

Ordens profissionais propõem no Parlamento alterações à lei do Governo para o setor

Lisboa, Portugal 02/10/2012 06:22 (LUSA)

Lisboa, 02 out (Lusa) – O bastonário da Ordem dos Engenheiros, Carlos Matias Ramos, considera “inaceitável” e repudia a proposta do Governo de pretender “tutelar” as ordens profissionais, que hoje vai estar em discussão numa comissão parlamentar.

A proposta governamental, conhecida como “nova lei das ordens” propõe, além da tutela governamental de cada uma daquelas organizações, que o Ministério Público possa impor a instauração de processo de ordem disciplinar aos membros das diferentes estruturas profissionais.

No momento atual, um documento como o que o Governo enviou ao parlamento, já aprovado na generalidade e agora em discussão na especialidade, vai “criar mais conflitualidade”, disse Carlos Matias Ramos, que espera que “o bom senso presida” e seja alterado nos pontos apontados, entre outros.

“Não é por falta de informação que o documento não é corrigido”, lamentou, garantido que foram enviadas ao Governo e aos deputados as várias propostas das ordens para alterar o texto.

O presidente do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP), órgão que representa outras 15 ordens, incluindo as dos engenheiros, médicos, advogados e arquitetos, também tem vindo a acusar o governo de querer “governamentalizar” e “judicializar” aquelas organizações.

Para sensibilizar os parlamentares nesse sentido, uma delegação do CNOP é hoje ouvida na Comissão do Trabalho e Segurança Social, onde o projeto-lei está em apreciação.

AMN // MAG.

Lusa/Fim.